

PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES NA ELABORAÇÃO DO PPP DA ESCOLA: A GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA ALÉM DA ELEIÇÃO DOS GESTORES

Monique Vieira Amorim Bandeira – UnB
Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas- UnB

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto da participação de estudantes dos 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental, na elaboração do Projeto Político Pedagógico (doravante PPP) de uma escola classe da rede pública de ensino do Distrito Federal (DF).

A ação pedagógica fez parte do evento denominado **Primeiro Encontro de Famílias** no qual todos os segmentos da comunidade escolar foram convidados a envolver-se de forma coletiva e colaborativa na construção do PPP da unidade de ensino, debatendo seus principais elementos em oficinas coordenadas pelos profissionais da própria unidade de ensino (UE).

Como perspectiva metodológica, no pautamos na pesquisa de cunho qualitativo por meio de observação participante (GIL, 2019) a partir de análises da ação dos alunos das turmas do 4º e 5º anos nas oficinas.

Com os estudantes, utilizou-se de contação de histórias e rodas de conversa para preparar e incentivar os discentes a responderem o questionamento “Qual é a escola que queremos?”. Os registros, escritos e pictográficos, indicaram que os alunos compreendem criticamente o contexto escolar, além de demonstrarem posicionamento coletivo e específico de cada segmento sobre as fragilidades subjetivas e da estrutura física da UE.

Como referencial teórico, apoiamo-nos em Lück (2017), Veiga (2004) e Silva (2017) para debater sobre a participação democrática na elaboração do PPP das escolas. Para argumentar sobre a função social da escola, trouxemos os aportes teóricos de Saviani (2012) e Freitas (2016). Abordamos também a posição dos normativos legais que orientam o trabalho na rede pública de ensino

do DF, como o caderno dos Pressupostos Teórico do Currículo em Movimento da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, 2014).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Primeiro Encontro de Famílias realizado pela unidade de ensino foi também a primeira experiência do tipo vivenciada por essa comunidade escolar em todos os aspectos: escuta sensível sobre as necessidades objetivas referentes ao contexto de pais/responsáveis e estudantes, participação autônoma e cooperativa do corpo docente na condução das oficinas, envolvimento dos outros profissionais da UE durante o evento, a saber: cantina, conservação e limpeza, secretaria escolar, supervisão e vigilância. De acordo com Lück (2017) e Veiga (2004), esta ação coletiva é o ponto basilar para a construção de um PPP com viés democrático. Para as autoras, é a partir de ações como essa que se torna possível conhecer a realidade concreta do contexto escolar.

A participação dos estudantes na elaboração do Projeto Político Pedagógico está prevista na Lei nº 4.751 de 07/02/2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF (DISTRITO FEDERAL, 2012). Silva (2017) enfatiza que a participação deste segmento no planejamento do PPP e das atividades didático-pedagógicas ajuda a minimizar a fragmentação do trabalho escolar, gerando um sentimento real de corresponsabilidade. De acordo com a autora, planejar coletivamente auxilia a todos a manter a coerência com as orientações oficiais das redes de ensino, mas buscando sempre a reflexão crítica para evidenciar as marcas de autoria da de cada escola.

OFICINAS COM OS ESTUDANTES

O Primeiro Encontro das Famílias foi realizado nos turnos matutino e vespertino. Após a acolhida, os pais/responsáveis foram encaminhados para as oficinas de responsabilidade do corpo docente para realizarem o debate de cada

aspecto do PPP. Os estudantes foram organizados em dois grupos e, no presente trabalho, iremos contextualizar e apresentar as análises da participação dos estudantes das turmas dos 4º e 5º anos.

Os estudantes foram orientados a registrarem sobre “A Escola que Queremos” por meio de frases e desenhos utilizando TNT e giz de cera. Foi promovida uma roda de conversa para que os alunos se expressassem oralmente e compreendessem o objetivo da atividade. Buscou-se também o entendimento das necessidades próprias deste segmento (estudantes) e do que de fato era pertinente de ser inserido no PPP da escola.

Em seguida, os alunos fizeram seus registros pictóricos e com frases, demonstrando entusiasmo com a atividade desenvolvida. Muitos tinham a preocupação em se certificar de que a sugestão para “A Escola que Queremos” era exequível no PPP.

Os responsáveis pela oficina organizaram as sugestões elencadas em duas categorias: aspectos físicos e aspectos subjetivos. Com a análise dos registros, foi possível inferir que os estudantes compreenderam as orientações e o objetivo da oficina, pois, elencaram sugestões realizáveis, tanto nos aspectos físicos quanto nos subjetivos, mesmo que alguns como, a construção de uma piscina e a melhoria da remuneração de professores e educadores sociais voluntários, sejam mais difíceis e complexos de serem alcançados. Outra análise importante é a de que os alunos pensaram em melhorias estruturais tanto coletivas quanto específicas para o seu segmento (4º e 5º anos).

No que se refere aos aspectos subjetivos, duas sugestões chamaram à atenção pelo fato de expressarem as sensações e os interesses dos alunos, uma de forma indireta e a outra bem direta e explícita. Indiretamente, a sugestão “[...] Realização do Projeto Escambo” declarou o desejo dos alunos em participar da culminância dessa atividade pedagógica, já prevista no PPP da UE. Ao se dirigirem aos responsáveis pela condução da oficina, os estudantes dos dois turnos explicitaram oralmente o desejo de ter a “Festa do Escambo” mais uma vez na escola e perguntaram como seria possível realizá-la. Foi então comunicado que a festa era a última etapa do projeto e, de posse dessa informação, os alunos entenderam que só poderiam participar da festa se o

projeto fosse novamente realizado e registraram a solicitação para a sua reativação ainda no ano letivo de 2022.

Na sugestão “Aulas menos chatas e mais legais”, há um discurso direto e explícito sobre a avaliação das aulas ofertadas aos discentes das turmas do 4º e 5º anos. Quando foram interpelados se poderiam explicar melhor essa sugestão, os alunos esclareceram que queriam aulas com mais jogos, menos cópias no caderno e aulas práticas de esportes quando fossem para a quadra. Entendemos que os alunos expuseram a necessidade de se ter nas escolas classes do DF um professor de Educação Física para ministrar as aulas com as atividades específicas requeridas pelos estudantes. A escola tem duas vagas para professores dessa disciplina, mas, até o momento, não haviam sido preenchidas, e quem ministra as atividades recreativas e esportivas com os estudantes na quadra são os docentes regentes das turmas.

Em relação à sugestão de aulas com mais jogos e menos cópias no caderno, percebemos que o eixo integrador Ludicidade, previsto no currículo da rede pública de ensino do DF não está sendo considerado de forma satisfatória. A ludicidade é essencial para despertar a criatividade e o prazer em aprender, tornando o ambiente escolar um espaço mais democrático e acolhedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Primeiro Encontro de Famílias tornou-se um marco histórico, pois, proporcionou uma experiência de gestão democrática muito além da eleição dos gestores da escola. Ao oportunizar a participação coletiva e colaborativa da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico, houve um resgate importante da função social da escola.

A escola tem o papel de tornar o currículo significativo com uma proposta pedagógica que possibilite a reflexão crítica dos profissionais da educação, dos discentes e suas famílias. A reflexão pretendida é a de um olhar analítico para a realidade social da comunidade escolar para que ela própria possa transformá-la insurgindo contra o círculo determinista da escola dual imposta pelo capitalismo.

Palavras-Chave: Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico. Participação dos Estudantes.

REFERÊNCIAS

DISTRITO FEDERAL. SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica:** Pressupostos Teóricos. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.751 de 07/02/2012.** 2012. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2019/02/lei-n%C2%BA-4.751-de-07-de-fevereiro-de-2012.pdf.pdf> Acesso em: 1 mar. 2023.

FREITAS, L. C. de. A organização do trabalho pedagógico no contexto atual do ensino público brasileiro. Entrevista com Luiz Carlos de Freitas. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 202-206, jan./jun.2016. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/79/215> Acesso em: 1 mar. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola.** Cadernos de gestão. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. Edição do Kindle

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, E. F. da. O Planejamento no Contexto Escolar: pela Qualificação do Trabalho Docente e Discente. *In:* VILLAS BOAS, B. M. de F. (Org.). **Avaliação:** Interações com o Trabalho Pedagógico. Campinas: Papirus, 2017. p. 25-38.

VEIGA, I. L. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 17. ed. Campinas: Papirus, 2004.